

Acordo na Sistematização aprova a reforma agrária

Janio de Freitas

O risco no que resta

No afã de obter um acordo com os trezentos e tal proponentes de reforma do regimento da Constituinte, pelo qual lhes seja permitido emendar o anteprojeto aprovado na Sistematização sem, no entanto, subvertê-lo todo ou atrasar mais os trabalhos, o deputado Ulysses Guimarães admitiu entre as concessões um item incabível: a aprovação de emendas não mais exigiria o mínimo de 280 votos, senão apenas 180. Ou seja, a aprovação deixaria de exigir maioria absoluta para dar-se com os votos de um terço, e nem isto exatamente, dos constituintes.

Esta redução corresponde a ofertar aos que se mantêm insatisfeitos com a Constituição, depois de promulgada, forte argumento para contestar-lhe a representatividade. De nada adiantaria contra-argumentar com a aprovação do texto final pelo plenário: terá sempre ficado, para depreciar a nova Constituição, uma falsa maioria como autora de preceitos constitucionais. E, entre eles, os mais importantes, porque estes são a razão mesma do movimento para apresentação de nova onda de emendas.

De março de 85 a fevereiro de 87, foram 23 meses esperando injustificadamente o início da Constituinte. Enfim iniciada, mal começara os trabalhos e já estava sob o ataque dos que exigiam velocidade na tarefa que, muito ao contrário, requeria calma reflexiva e debate exaustivo, para resultar no melhor. Agora, mais

do que pressa, é o açodamento mesmo, com tendência à irresponsabilidade, para fugir às pressões, que invadem a Constituinte. Se as próprias lideranças se entregarem, submissas, às pressões, de nada adiantará atender à exigência de pressa. O resultado será tão pouco duradouro quanto está sendo exigido que a própria Constituinte o seja. Aos 23 meses inúteis vão se juntar mais onze. E continuar na desordem.

Recibo

Apenas concluída na redação, e longe ainda de ser publicada, a coluna de ontem com a nota "Contraste", sobre os extremos de um prêmio recebido lá fora e, aqui dentro, a violação de minha casa em inequívoca tentativa de intimidação, por coincidência recebo um telefonema de Márcio Fortes. É o empreiteiro, e atual presidente do BNDES, do qual aqui se informou ser o intermediário entre Moreira Franco e os empreiteiros que lhe financiaram a campanha eleitoral. Disse que "as notícias estão incomodando" e por isso queria "uma conversa de olho no olho", para o que se dispunha "a ir a São Paulo na primeira oportunidade". A viagem me pareceu desnecessária, mas entendi a mensagem implícita: queria mostrar-me desconhecendo meu endereço. Desconhece-o tanto, que telefonou direitinho para o meu número no Rio.

Recibo, para ter validade mesmo, é assim: fecha-se com assinatura.

Da Sucursal de Brasília

Um acordo suprapartidário entre os membros da Comissão de Sistematização aprovou ontem a proposta de reforma agrária da nova Constituinte, mas remeteu para a legislação complementar a definição dos instrumentos que garantam ao governo a posse das terras desapropriadas. Os "conservadores" sofreram duas derrotas: o direito à propriedade da terra fica condicionado à sua função social e as propriedades produtivas podem ser desapropriadas.

A comissão excluiu do substitutivo do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da Comissão de Sistematização, os instrumentos que definiam a imissão de posse na terra (ato judicial em que o desapropriado perde efetivamente o direito sobre o imóvel e o governo toma posse). Por 86 votos a sete, uma emenda dos deputados Giovanni Masini (PMDB-PR), centro-direita, e José Maria Eymael (PDC-SP), direita, remeteu para a legislação complementar a definição desses instrumentos.

Pelo texto aprovado, a União pode desapropriar imóveis rurais que não

Caiado diz que UDR foi 'traída'

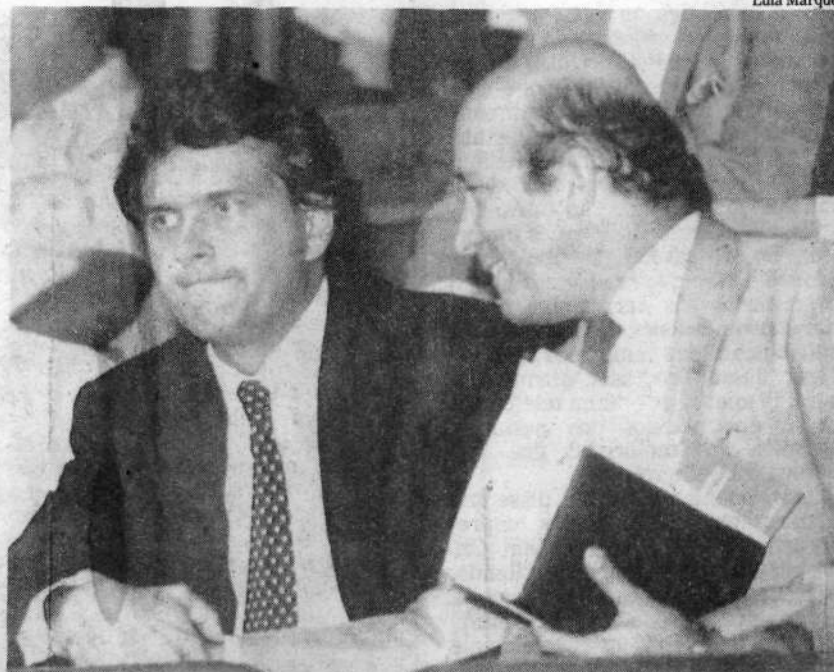
Da Sucursal de Brasília

O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, disse ontem que os proprietários rurais foram "traídos e esfaqueados pelas costas" pelos parlamentares da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. Segundo ele, remeter para a legislação complementar a definição da imissão na posse, pelo Poder Público, nas áreas desapropriadas é ressuscitar o decreto-lei 554/69 (Governo Costa e Silva). Por este decreto-lei a Justiça concede ao Poder Público imissão na posse em 48 horas, nos imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. pelo projeto do relator Bernardo Cabral, o prazo era de noventa dias.

Caiado anunciou que a entidade parte agora para uma ampla campanha de mobilização dos proprietários rurais, informando quem "foram os traidores da categoria". Entre os "traidores" ele citou a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) e os senadores José Richa (PMDB-PR) e José Inácio Ferreira (PMDB-ES).

Há mais de um mês que as lideranças rurais estão conversando com o grupo do senador José Richa e Sandra Cavalcanti, na tentativa de concluir um acordo. Por este acordo, o instituto da desapropriação não atingiria nenhum imóvel rural produtivo. Além disto, somente o uso do imóvel estaria condicionado ao cumprimento da função social e não o direito de propriedade.

Segundo Caiado, o resultado da Sistematização "exatamente ao contrário do que fora acertado" visa "desestabilizar" a atividade agropecuária ao inibir os investimentos no setor. Ele acusou os parlamentares de estarem a serviço da "agiotagem e dos aplicadores no mercado de capitais". E prometeu fazer do leilão nacional da UDR, que começa amanhã em Brasília, um ato político para dar uma demonstração de que a classe está unida. A expectativa dos proprietários é de que o resultado da Sistematização seja invertido na votação em plenário ea questão agrária seja substituída por dispositivos que definam uma política agrícola.



Na galeria da Câmara, Caiado, tenso, aperta a mão do ex-deputado Antonio Dias

cumpram sua função social. Por 85 votos a oito, a comissão aprovou uma emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-BA), centro, que define os critérios que determinam o cumprimento da função social: propriedade racionalmente aproveitada; conser-

vação dos recursos naturais e preservação do meio ambiente; cumprimento das leis trabalhistas e favorecimento do bem estar dos trabalhadores. Os imóveis que não cumpram esses pré-requisitos podem ser desapropriados, recebendo

indenização em títulos da dívida agrária, resgatáveis em até vinte anos. Apenas as benfeitorias do imóvel serão pagas em dinheiro.

A votação foi iniciada pela comissão sem que nenhum acordo tivesse sido fechado. Tentando suprimir a "função social" como determinante do direito à propriedade, uma emenda da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), direita, foi a primeira a ser votada pela comissão. Depois de uma acirrada discussão, Sandra propôs uma tentativa de conciliação fosse tentada pela comissão. Foi o sinal verde para o "acordão".

Nesse primeiro momento, os "moderados" uniram-se à "esquerda" e asseguraram, por 58 votos a 34 e uma abstenção, a exigência da função social. Os "conservadores" sentiram-se "traídos" pelos "moderados" e o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, deixou o plenário. A partir dessa derrota, os membros da comissão passaram a trabalhar para fechar uma posição única. Depois de aprovarem a emenda Hage, suprimiram do texto de Cabral um artigo que assegurava ao proprietário rural uma vistoria no imóvel a ser desapropriado pelo órgão fundiário nacional. Foi a concessão da "direita" em troca do apoio da "esquerda" para a questão da imissão de posse.

Entidade vai fazer leilão de bois no dia da votação em plenário

Da Sucursal de Brasília

Simultaneamente à votação do capítulo que trata da reforma agrária, na Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, o presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Ronaldo Caiado, 37, se empenhava ontem em organizar, em Brasília, "o maior leilão de bois do mundo", segundo a sua definição. A coincidência "não foi intencional", assegura Caiado. A data do leilão estava marcada há aproximadamente um mês. O líder dos produtores

rurais faz, porém, uma ressalva: "Esta provado que a UDR nunca erra". O leilão, que terá também cavalos, tem como objetivo principal obter recursos para financiar o funcionamento da UDR. Os animais (gado de corte e reprodutores e cavalos da raça manga-larga) foram doados por produtores rurais.

O leilão ocorrerá na Granja do Torto, local que já serviu de residência oficial para o ex-presidente João Figueiredo. Começa amanhã, às 18h, e vai até domingo, às 21h.